

FLORICULTORES

Junji quer eliminar burocracia

Mel Tominaga
MTB 21.286

Para vencer a burocracia que compromete a agilidade no lançamento de variedades de flores e plantas ornamentais, o deputado federal Junji Abe (PSD-SP) apresentou o projeto de Lei (4937/2013). A proposta, que prevê dispensa da inscrição no RNC – Registro Nacional de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para este segmento agrícola, foi detalhada no dia 19/02/2013, em reunião da FPA – Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agropecuária. De acordo com Junji, a exigência de inscrição das cultivares de flores e plantas ornamentais no RNC tem gerado apenas burocracia e gastos desnecessários ao setor produtivo. “Num mercado competitivo como este, a demora de dois, três anos até o cumprimento da medida burocrática derruba o produtor que se esforçou para obter uma nova variedade”, relatou o deputado, evidenciando a lentidão do processo no Ministério. E completou: “Enquanto ele aguarda a burocracia, o cultivar pode entrar no Brasil vindo de outro país, sepultando seu mérito, investimento e negócio”. O Registro Nacional de Cultivares visa habilitação prévia de cultivares e espécies para a



Divulgação

■ O deputado federal Junji Abe apresentando o Projeto de Lei que dispensa a inscrição do RNC

produção e a comercialização de sementes e mudas no País, independente do grupo a que pertencem – florestais, forrageiras, frutíferas, grandes culturas, ornamentais, entres outros. O RNC foi estabelecido pela chamada Lei das Sementes (10.711, de 05/08/2003) e regulamentado por decreto (5.153, de 23/07/2004). “São os próprios produtores, com seus recursos, que pesquisam inovações. Porém, ficam impedidos de colocar as espécies no mercado até a liberação do Ministério”, completou, ao insistir na adoção de procedimento ágil para

autorizar a comercialização de novos cultivares do segmento. Ainda para sustentar a procedência do apelo, Junji pinçou a questão do valor comercial de cada nova espécie ou cultivar que, segundo ele, geralmente, é subjetivo. O deputado argumentou que o preço depende “mais dos caprichos de moda e gosto dos consumidores”, responsáveis por impulsionar a introdução de outras cores e tipos. “O valor só é determinado na hora da comercialização, gerando, muitas vezes, surpresas inesperadas”, acrescentou e evidenciou a impossibilidade de antecipar este componente ao Ministério da Agricultura. “O empresário rural que quer se destacar no segmento de flores e plantas ornamentais precisa experimentar novas variedades e investir em inovações para conquistar o consumidor”, comentou Junji. Ao pedir o apoio dos parlamentares ruralistas ao projeto, Junji antecipou que faria gestões junto ao Ministério da Agricultura para viabilizar a adoção imediata de uma medida paliativa a fim de aliviar o trâmite burocrático imposto aos floricultores.